



Ministério da Mulher, da Família, e dos
Direitos Humanos

CURRÍCULO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: **MILTON N. TOLEDO JUNIOR**

Cargo efetivo: Advogado da União

Cargo comissionado: Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, DAS 101.5

INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Doutorando em Direito, *Georgetown University Law Center* (expectativa de conclusão: 2020).

Mestre em Teoria do Direito, 2011, *New York University School of Law*.

Mestre em Direito, 2006, Universidade Católica de Brasília – UCB.

Bacharel em Direito, 1995 – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (DAS 101.5) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, desde janeiro de 2019. Assessoramento à Ministra de Estado e coordenação da atuação internacional do Ministério e de suas oito Secretarias Nacionais, incluindo a defesa dos interesses do Estado brasileiro nos sistemas internacionais de promoção e tutela dos direitos humanos.

Advogado da União, aprovado por concurso público de provas e títulos, desde fevereiro de 2000.

Secretário Executivo do COAF/MF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (DAS 101.5), de julho de 2009 a julho de 2010. Administração e gestão da unidade de inteligência financeira brasileira. Dirigiu a área encarregada da regulação e supervisão de *compliance* com as regras antilavagem de dinheiro dos setores econômicos designados pela Lei 9.613/1998. Chefiou delegações brasileiras, integradas por representantes de mais de uma dezena de órgãos públicos, em foros internacionais dedicados ao combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (GAFI/FATF, GAFISUD, Grupo de Egmont).

Corregedor Setorial do Ministério das Cidades (DAS 101.4), de maio de 2008 a julho de 2009. Supervisão dos processos administrativos disciplinares instaurados contra servidores do Ministério das Cidades.

Fundador e primeiro Diretor do Departamento Internacional da Procuradoria-Geral da União (DAS 101.4 e DAS 102.5),¹ de abril de 2002 a fevereiro de 2008. Gerência do contencioso internacional do Estado brasileiro, inclusive perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Contratação, coordenação e supervisão de serviços prestados por escritórios de advocacia à República Federativa do Brasil em foros estrangeiros. Coordenação de equipe de alto nível técnico, composta por Advogados da União *experts* em Direito Internacional. Coordenação da atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) nas ações em foro brasileiro relacionadas com Direito Internacional. Coordenação da atuação da AGU no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com particular participação na definição das estratégias de rastreamento e recuperação de ativos ilícitos desviados para o exterior.

Advogado do Estado brasileiro perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional de Paris, em demanda comercial promovida pela República Italiana, relacionada ao programa aeronave de combate AM-X. Por tal atuação, foi condecorado com o título de Cavaleiro da Ordem do Mérito Aeronáutico (Decreto de 26/09/2005).

Advogado do Estado brasileiro no Caso Damião Ximenes Lopes, primeira ação contra o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Advogado do Estado brasileiro no Caso Gilson Nogueira de Carvalho, primeira e única vitória do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Perito-avaliador (*legal expert*) do nível de *compliance* dos sistemas nacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo com as Recomendações do GAFI/FATF (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo), que estabelecem os padrões internacionais relativos à matéria. Treinado e credenciado pelo próprio GAFI/FATF em novembro de 2007.

Membro, na condição de *expert* em Direito Internacional, de inúmeras delegações brasileiras de negociação de tratados bilaterais de cooperação e facilitação de investimentos e de cooperação jurídica internacional em matéria penal. Também participou ativamente da negociação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Professor de Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público e Direito Empresarial no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, de setembro de 2001 a julho de 2015.

Professor de História do Direito na Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP, de fevereiro de 2012 a agosto de 2013 (desligamento para cursar doutorado no exterior).

Professor de Direito Internacional Privado na Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP, desde agosto de 2018.

Idealizador e coordenador dos dois primeiros cursos de Advocacia Internacional do Estado, promovidos, a partir de 2004, pelo Departamento Internacional da Procuradoria-Geral da União, em parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União.

Publicação: *O Estado brasileiro e a recuperação de ativos ilícitos: a experiência da Procuradoria-Geral da União*. In: LAVAGEM DE DINHEIRO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS: BRASIL, NIGÉRIA, REINO UNIDO E SUÍÇA. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 157-165.

¹ O cargo de Diretor do Departamento Internacional foi, inicialmente, exercido *de facto*, sem qualquer nomeação para cargo em comissão. De janeiro de 2004 a maio de 2007, o cargo foi exercido com DAS 101.4, de modo que o DAS 102.5 foi exercido de maio de 2007 a fevereiro de 2008.